

# DESTAQUES DA SEMANA Tecnologia da Informação

7 a 11 de outubro de 2024

## Nesta Edição

- △ [Atividades da Assespro Nacional](#)
- △ [Proteção de Dados](#)
- △ [5G no Brasil](#)
- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Inclusão Digital](#)
- △ [Transformação Digital](#)
- △ [Educação](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Consumidor](#)
- △ [Infraestrutura](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)

## Atividades da Assespro Nacional

O presidente da Federação Assespro, Christian Tadeu, participou nesta quarta-feira (9) do evento Potências Negras – Tecnologia: Como a tecnologia pode contribuir em um Plano de Reparação à Escravidão?, realizado em Brasília. Durante sua participação, discutiu o tema *O Potencial da Tecnologia como Estratégia de Combate às Desigualdades Sociais e Raciais*, ressaltando o papel da inovação tecnológica como uma ferramenta essencial para promover inclusão e equidade. O evento reuniu líderes do setor com o objetivo de debater estratégias para ampliar a inclusão na cadeia produtiva da tecnologia, reforçando a importância da tecnologia na construção de um futuro mais justo e igualitário.

## Proteção de Dados

- **ANPD adota política interna de proteção de dados.** A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) divulgou, na segunda-feira (7/10), sua Política Interna de **Proteção de Dados Pessoais**, estabelecendo normas para o manuseio de informações pessoais sob sua responsabilidade. A medida é uma extensão do compromisso da ANPD com a **Lei Geral de Proteção de Dados** ([Lei 13.709/18](#)) e inclui diretrizes que garantem a privacidade desde a concepção de sistemas e processos até a gestão contínua dos dados. Entre os pontos abordados, destacam-se a exigência de boa-fé e ética na manipulação das informações, a aplicação de fundamentos legais adequados para o tratamento, além da implementação de medidas de segurança técnicas e administrativas pertinentes. A ANPD se compromete a utilizar somente os dados pessoais imprescindíveis para cumprir as finalidades específicas de cada operação, assegurando que as informações sejam armazenadas de maneira segura. Ademais, a política determina que os dados devem ser eliminados assim que o tratamento for concluído, reforçando a importância da proteção e da responsabilidade no manejo de informações pessoais. Com informações de: [Convergência Digital](#)

## 5G no Brasil

- **Anatel define que somente poderão ser certificados celulares e estações terminais de acesso compatíveis com tecnologias mais modernas.** A Anatel, por meio de seu [Ato nº 14430](#), divulgado na terça-feira, trouxe mudanças significativas para a **certificação de Estações Terminais de Acesso (ETA) e Telefones Móveis Celulares**. A partir de 6 de abril de 2025, a agência regulamentadora permitirá a certificação apenas de dispositivos que possuam tecnologia **4G ou superior**. Embora o novo regulamento aceite equipamentos que suportam tecnologias anteriores, como 2G e 3G, eles deverão também oferecer, obrigatoriamente, suporte a 4G ou a tecnologia mais avançada. Com informações de: [ASCOM Anatel](#)

## Segurança Cibernética

- **Três em cada cinco organizações da indústria 4.0 registram perdas com ataques cibernéticos.** Um estudo recente da Claroty revela que 62% das empresas que utilizam sistemas **ciberfísicos**, essenciais para a Indústria 4.0, sofreram perdas financeiras significativas, variando de US\$ 100 mil a US\$ 500 mil, em decorrência de ataques cibernéticos. O relatório intitulado “O Estado Global da Segurança do CPS 2024: o Impacto das Interrupções no Negócio” baseia-se em uma pesquisa com 1.100 profissionais das áreas de segurança da informação e engenharia. Com informações de: [TI Inside](#)

## Inteligência Artificial

- **Relator apresenta substitutivo a PL que trata da solicitação de patente em nome de sistema de IA.** O deputado **Leonardo Gadelha** (PODE/PB) apresentou **parecer favorável com substitutivo** ao [PL 303/2024](#) (*Solicitação de patente em nome de sistema de IA*), no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI), sendo aberto prazo para emendas ao projeto – o qual deve se estender até o dia 18 de outubro. A matéria aguarda o encerramento do prazo de emendas e apresentação do parecer do relator a eventuais emendas para ser colocado em votação na Comissão. Após deliberação pela CCTI, o projeto seguirá para as Comissões de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) e de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC). Caso aprovado, será remetido para apreciação do Senado Federal – *salvo a interposição de recurso para votação anterior pelo Plenário da Câmara*.
- **Relator aponta inconstitucionalidade em PL que dispõe sobre IA na Administração Pública.** O deputado **Luiz Philippe de Orleans e Bragança** (PL-SP) apresentou parecer pela inconstitucionalidade do [PL 705/2022](#) (*Inteligência Artificial na Administração Pública*) na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). A matéria aguarda inclusão na pauta da Comissão. Caso aprovado o parecer pela inconstitucionalidade, a proposta segue para arquivamento, podendo ser apresentado recurso para deliberação da proposta pelo Plenário.

## Inclusão Digital

- **MCom deverá avançar em letramento digital no próximo ano.** No evento Warm-Up Bloomberg, realizado em São Paulo, o secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações (MCom), **Hermano Tercius**, destacou a meta do ministério para 2025, que visa aprimorar os índices de inclusão e letramento digital no Brasil. **Tercius** enfatizou a importância da **colaboração com grandes empresas de tecnologia** (big techs) para alcançar esses objetivos, alertando que atualmente **10% da população** brasileira ainda não utiliza a internet devido à falta de habilidades digitais. Para ilustrar essa questão, o secretário mencionou uma pesquisa de 2022, que revelou que 76% dos brasileiros não sabiam como enviar um e-mail com anexo. Contudo, ao apresentar dados atualizados, Tercius informou que os resultados de 2023 ainda mostram que 70% da população enfrenta essa dificuldade, evidenciando a necessidade urgente de iniciativas que promovam a capacitação digital e a inclusão tecnológica. Com informações de: [Tele Síntese](#)

## Transformação Digital

- **Fust terá novo edital com recursos não reembolsáveis em 2025.** O Ministério das Comunicações (MCom) anunciou que planeja lançar um novo edital para recursos não reembolsáveis do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) no início de 2025, conforme informado pelo secretário de Telecomunicações, **Hermano Tercius**, durante o evento Futurecom, realizado na última quarta-feira (8). O edital prevê a destinação de

aproximadamente **R\$ 219 milhões** com o objetivo de **implementar projetos de conectividade em escolas**. Tercius destacou que esse investimento possibilitará a criação de sistemas de conexão em 5 mil instituições públicas de ensino. Vale ressaltar que desse total de recursos, R\$ 9 milhões são provenientes de sobras da licitação anterior. Com informações de: [Tele Síntese](#)

## Educação

- **Relator é contra linha de crédito pelo BNDES para pequenas empresas de educação.** O deputado **Professor Alcides** (PL/GO) apresentou parecer pela rejeição do [PL 4154/2020](#) (*linha de crédito pelo BNDES para pequenas empresas de educação*) e apensados na Comissão de Educação (CE). Após análise da CE, o projeto passa ainda pelo crivo das Comissões de Desenvolvimento Econômico (CDE); de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Se aprovado, o projeto seguirá para apreciação do Senado Federal – *salvo a interposição de recurso para votação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.

## Mídias Sociais

- **X volta a funcionar no Brasil após decisão de Moraes e diz que defenderá liberdade de expressão no limite da lei.** A rede social X reiniciou suas atividades no Brasil na noite da terça-feira (8), após a **autorização do ministro Alexandre de Moraes**, do STF (Supremo Tribunal Federal), que decidiu reverter a suspensão imposta à plataforma. A decisão de Moraes foi tomada na mesma data e representa um passo significativo na recuperação da acessibilidade do serviço aos usuários brasileiros. No entanto, o retorno do X será realizado de maneira gradual, devido à necessidade de ajustes que envolvem múltiplas operadoras de internet em todo o território nacional. Com informações de: [Folha de S. Paulo](#)

## PD&I

- **MCTI institui Comissão para avaliar parcerias com as organizações da sociedade civil.** O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) anunciou a criação da Comissão de Monitoramento e Avaliação por meio da [Portaria MCTI nº 8.581](#), publicada nesta segunda-feira (7). A comissão, estabelecida pela [Lei nº 13.019/2014](#), terá a responsabilidade de avaliar e monitorar as parcerias firmadas com **organizações da sociedade civil**, utilizando instrumentos como **Termo de Fomento** ou **Termo de Colaboração**. O novo órgão busca aprimorar os procedimentos relacionados a essas parcerias, com foco na padronização de objetos, custos e indicadores, além de enfatizar o controle dos resultados, conforme as diretrizes do [Decreto nº 8.726 de 2016](#). Para garantir uma avaliação eficaz, a comissão incorporará ferramentas tecnológicas, aproveitando plataformas eletrônicas e mecanismos de tecnologia da informação que facilitarão a verificação dos resultados. Composta por integrantes de diversas secretarias do MCTI, a comissão realizará **reuniões periódicas** para acompanhar a execução das

parcerias, homologar relatórios técnicos e propor eventuais ajustes necessários. A nova estrutura começará a funcionar **30 dias** após a sua publicação.

- **MCTI atualiza Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia.** A [Portaria MCTI nº 8.591/2024](#) publicada nesta sexta-feira (11) atualizou o **Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT)**, previsto na [Portaria MCTI nº 577, de 4 de junho de 2014](#), agora revogada. A medida passa a determinar que os Institutos Nacionais serão formados a partir de uma instituição sede, caracterizada pela excelência de sua produção científica e/ou tecnológica, alta qualificação na formação de recursos humanos, e com capacidade de alavancar recursos de outras fontes, e por um conjunto de laboratórios ou grupos associados de outras instituições, articulados na forma de redes científico-tecnológicas. Além disso, prevê que os Institutos Nacionais devem **abranger preferencialmente cinco vertentes**: pesquisa; formação de recursos humanos; internacionalização; transferência de conhecimento para a sociedade; e transferência do conhecimento para o Setor Empresarial ou para o Governo. Para além disso, o **MCTI** continua sendo a instituição **coordenadora do Programa INCT**, responsável por estabelecer as **diretrizes para sua implementação** e outras ações programáticas quando pertinente; enquanto a **gestão operacional é atribuição do CNPq**, que atuará em articulação com as entidades parceiras que aportarem recursos financeiros – *poderão assim participar da gestão do Programa em suas áreas de interesse, através de acordo com o CNPq*. Também permanece a premissa de que o Programa INCT garantirá a **distribuição geográfica adequada dos recursos**, respeitando normas e legislações específicas, **incluindo a aplicação de recursos do FNDCT**.

## Economia & Tributário

- **Reforma tributária: Braga se reúne com Appy e quer apresentar plano de trabalho na CCJ dia 16.** O senador **Eduardo Braga** (MDB-AM), encarregado de relatar a regulamentação da reforma tributária no Senado, deve **divulgar no dia 16 de outubro** um plano de trabalho para a análise do projeto de lei complementar relacionado à reforma na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Em uma reunião programada para terça-feira, 8, Braga se encontrará com o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda, **Bernard Appy**, além de representantes da Secretaria das Relações Institucionais do Governo. A expectativa é que a discussão sobre a reforma, que visa modernizar e simplificar o sistema tributário brasileiro contribua para a inserção de soluções tecnológicas que promovam maior eficiência e transparência na arrecadação de impostos. Com informações de: [O Estado de S. Paulo](#)
- **Governo abre debate sobre a base tecnológica da reforma tributária.** A reforma tributária brasileira, com foco na modernização da arrecadação fiscal, **avança com a discussão do “split payment”**, uma base tecnológica essencial para sua implementação. A partir da próxima semana, o governo se reunirá com representantes do setor privado para debater os meios de pagamento e a atuação de empresas de tecnologia nesse processo. O secretário da reforma, **Daniel Loria**, enfatizou que o diálogo se concentrará em entidades de abrangência nacional, com a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) assumindo um papel central, uma vez que possui um grupo de trabalho já avançado nas questões relacionadas ao setor de

pagamentos. O “split payment” contempla a **arrecadação** do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), promovendo uma inovação significativa no recolhimento. A nova abordagem permitirá a apuração automática de créditos tributários e a distribuição das receitas entre a União, Estados e municípios, buscando uma maior eficiência e transparência no processo tributário. Com informações de: [Valor Econômico](#)

- **Drex chama novos participantes e testa transações complexas.** O Banco Central (BC) anunciou a abertura de um novo ciclo para que empresas possam se integrar ao Drex, um projeto inovador que visa desenvolver a infraestrutura de tokenização do sistema financeiro brasileiro. Com a meta de ampliar o número de consórcios, a iniciativa busca explorar aplicações mais complexas em comparação com os testes realizados na fase inicial, que envolveram principalmente o registro em rede digital do real e a negociação de títulos públicos na forma tokenizada. Atualmente, já foram confirmados **13 novos casos de** uso a serem testados, que incluem operações como o empréstimo com garantia de ativos custodiados, cessão de recebíveis, crédito colateralizado em Certificados de Depósito Bancário (CDB), além de financiamentos de comércio internacional, otimizando o mercado de câmbio. A nova fase também abrange a criação de uma piscina de liquidez para títulos públicos, transações com Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), e ativos do agronegócio, bem como negociações relacionadas a imóveis e créditos de carbono. Até agora, o Drex conta com **16 consórcios**, a maioria deles liderados por instituições bancárias. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **MDIC prepara projeto para estimular economia de dados.** O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) está elaborando uma proposta para a criação de uma Política Nacional de Economia de Dados, iniciando o processo com uma Tomada de Subsídios, que deve ocorrer ainda este ano. O coordenador-geral de economia digital da pasta, **Marcos Pinto**, destacou durante o evento Futurecom, em São Paulo, a importância de implementar ações regulatórias e de fomento para impulsionar a economia de dados no Brasil. Ele enfatizou a intenção do governo em identificar e replicar casos de sucesso, como o **Open Finance**, que possibilita a troca de informações entre instituições financeiras, facilitando a análise de crédito. Pinto também ressaltou a necessidade de estabelecer um arcabouço regulatório que permita uma adoção mais ampla de dataspaces, espaços que promovem a utilização compartilhada de dados. Segundo ele, o governo está avaliando a melhor forma de estruturar esse arcabouço, que pode incluir leis, decretos e regulamentações específicas para diferentes setores. Com informações de: [Tele Síntese](#)
- **Decreto regulamenta Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico.** O [Decreto nº 12.214/2024](#) estabelece a regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (FNDIT), conforme previsto na [Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024](#). O FNDIT é destinado a captar recursos por meio de políticas industriais, visando oferecer apoio financeiro a programas e projetos prioritários voltados ao desenvolvimento industrial, científico e tecnológico. O **FNDIT** tem a finalidade de captar recursos oriundos de políticas industriais para a utilização em apoio financeiro aos programas e aos projetos prioritários de desenvolvimento industrial, científico e tecnológico. O Decreto não estabelece o montante de recursos de que disporá o Fundo, mas o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, havia previsto, em março, que R\$ 1 bilhão estarão disponíveis para esta tarefa, na forma de recursos não reembolsáveis.

A gestão dos recursos ficará a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que deverá implementar medidas eficazes para **controlar o ingresso de recursos**, a **remuneração da disponibilidade** e a **aplicação desses fundos**, incluindo o retorno em operações reembolsáveis.

- » O conselho diretor, composto por oito membros e representando o governo, o setor empresarial e os trabalhadores, terá a função de avaliar as políticas em andamento e sugerir novas ações. Este conselho será coordenado pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e contará com a participação de entidades como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical. O decreto também identifica **oito fontes de financiamento** para o FNDIT, destacando uma **alíquota de 2%** sobre as importações realizadas por empresas que integram o programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), além de recursos provenientes de dispêndios em pesquisa e desenvolvimento tecnológico e outros mecanismos definidos em normas que promovem o desenvolvimento industrial.
  
- **Lula sanciona Programas Procred 360, Desenrola Pequenos Negócios & Eco Invest Brasil.** Foi publicada, no Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira (11), a [Lei nº 14.995/2024](#), oriunda da sanção do [PL 1725/2024](#), que institui o **Programas Procred 360, Desenrola Pequenos Negócios & Eco Invest Brasil**. O projeto foi sancionado com **14 vetos**, que serão encaminhados para análise do Congresso Nacional, que deverá votar pela manutenção ou derrubada dos vetos presidenciais. A lei institui o Programa Acredita no Primeiro Passo; o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial (**Programa Eco Invest Brasil**); o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas (**Procred 360**); o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais - MEIs, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (**Desenrola Pequenos Negócios**); e altera a medida provisória que estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais e autoriza a criação da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA ([MPV 2.196-3/2001](#)); e as Leis (i) que prevê a criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO ([Lei nº 10.735/2003](#)), (ii) que dispõe sobre participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas ([Lei nº 12.087/2009](#)), e (iii) que institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito – Peac ([Lei nº 14.042/2020](#)).
  
- **Apresentado requerimento de urgência para PL que limita o montante de operações com recursos não reembolsáveis do FNDCT.** A deputada **Luisa Canziani** (PSD/PR) apresentou, nesta terça-feira (8), requerimento que solicita **regime de urgência** para apreciação do [PL 3751/2023](#) (*aprimora a gestão dos recursos do FNDCT*), apensado ao [PL 2340/2023](#) (*limita o montante de operações com recursos não reembolsáveis do FNDCT*). O requerimento aguarda inclusão na pauta deliberativa do Plenário da Câmara dos Deputados. Caso aprovada a urgência, os projetos – *que passariam pelas Comissões de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI) de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)* – poderão ser apreciados diretamente no Plenário da Casa, após acordo de líderes. A temática aguarda, desde abril, apresentação de parecer do relator na CCTI, deputado Lucas Ramos (PSB/PE).

## Consumidor

- **Projeto que veda a obsolescência programada recebe nova relatoria.** A deputada **Silvia Cristina** (PP/RO) foi designada nova relatora do [PL 7875/2017](#) (*veda a obsolescência programada*) e seus apensados no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE). A matéria aguarda a apresentação do parecer da relatora para ser votada pela Comissão. Após a análise da CDE, a matéria ainda será apreciada pela Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) e seguirá à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) em caráter conclusivo – *salvo interposição de recurso para votação pelo Plenário da Câmara*.

## Infraestrutura

- **Telecom ainda aguarda Aneel para avanço na discussão de postes.** A regulamentação da utilização de postes por empresas de telecomunicações ainda depende de um posicionamento da Aneel, conforme destacou **José Borges**, superintendente de competição da Anatel, durante a Futurecom 2024, realizada nesta terça-feira (8). Borges enfatizou a necessidade de que as distribuidoras de energia sejam obrigadas a ceder espaços em sua infraestrutura para um “posteiro”, com o objetivo de estabelecer um padrão que seja “mínimo viável e razoável” para os setores de energia elétrica e telecomunicações. O debate gira em torno da obrigatoriedade ou não da cessão de espaço em postes, um ponto que tem gerado divergências entre as duas agências. Enquanto a Anatel já possui regras vigentes sobre o uso dos postes desde 2023, a Aneel retomou suas discussões internas sobre o assunto, indicando que ainda há um caminho a percorrer para a construção de uma estrutura jurídica que resolva essa questão. Com informações de: [Teletime](#)

## Administração Pública

- **Galípolo é aprovado pelo Senado para comandar BC até 2028** O Senado Federal aprovou, na terça-feira (8), a indicação de **Gabriel Galípolo**, economista de 42 anos, como **novo presidente do Banco Central**, cargo que assumirá em 1º de janeiro de 2025 e que terá um mandato de quatro anos, com possibilidade de reeleição em 2029. A votação realizada no plenário contou com 66 votos a favor e apenas 5 contra, em um processo secreto. Antes da aprovação no Senado, Galípolo já havia sido sabatinado e recebeu unanimidade na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Sua nomeação é significativa em um cenário onde a atuação do BC é crucial para o controle da inflação e a estabilidade econômica, especialmente considerando os avanços tecnológicos que influenciam o sistema financeiro e a política monetária. A expectativa é que sua gestão esteja alinhada às necessidades contemporâneas do mercado, integrando inovações digitais e tendências emergentes que demandam uma resposta ágil das instituições financeiras. Com informações de: [Poder 360](#)

- **Gestão altera portaria de contratação de infraestrutura de TIC.** O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos anunciou hoje, 8 de outubro, a publicação da [Portaria 6.680](#), que modifica normas relacionadas à contratação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para órgãos do Poder Executivo Federal. Esta nova norma altera o artigo 2º de uma portaria anterior de 2023, definindo um modelo de contratação mais específico para a operação de infraestrutura e suporte ao usuário de TIC, que faz parte do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP). A principal novidade trazida pela portaria é a determinação de que a contratação desses serviços deverá ocorrer por meio de um **pagamento fixo mensal**, o que está atrelado ao cumprimento de níveis mínimos de serviços previamente estipulados. Essa mudança visa assegurar um padrão de qualidade nos atendimentos, com base em quantidades e perfis profissionais mínimos que devem ser observados nas ordens de serviços. Com essa atualização, o governo busca otimizar a gestão e a alocação de recursos tecnológicos, garantindo maior eficiência e transparência nas contratações públicas nesse setor. Com informações de: [Tele Síntese](#)

## Consultas & Compras Públicas

- **SECEX recebe contribuições para altera PPB de sistemas de segurança.** A Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) anunciou a abertura da [Consulta Pública SECEX nº 25/2024](#), com um prazo de 15 dias para o recebimento de contribuições voltadas ao aprimoramento do **Processo Produtivo Básico (PPB)** referente a **sistemas de segurança**. A iniciativa visa coletar opiniões e sugestões para a revisão das diretrizes que regulam a produção desses sistemas no Brasil, promovendo uma discussão ampla entre especialistas, empresas do setor e a sociedade civil. As manifestações dos interessados devem ser enviadas para os seguintes e-mails: [cgel.ppb@mdic.gov.br](mailto:cgel.ppb@mdic.gov.br), [cgia@mcti.gov.br](mailto:cgia@mcti.gov.br), [cgtd@mcti.gov.br](mailto:cgtd@mcti.gov.br) e [cgpri.ppb@sufama.gov.br](mailto:cgpri.ppb@sufama.gov.br).
- **RNP abre chamada de R\$ 350 mil em inteligência artificial, Big Data, segurança e IoT.** A Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) anunciou a abertura de uma chamada pública para seu Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) para Serviços Avançados de 2025. Essa iniciativa visa estimular a criação de novos produtos e serviços em colaboração com a comunidade acadêmica, que serão disponibilizados ao Sistema RNP. Pesquisadores de instituições **públicas e privadas** têm até o dia 25 de novembro de 2024 para apresentar suas propostas. Os resultados dessa seleção serão divulgados em 21 de fevereiro de 2025, quando serão anunciados os novos Grupos de Trabalho escolhidos. Segundo o gerente da RNP, o Programa de PD&I, que ocorre anualmente há mais de duas décadas, representa uma oportunidade valiosa para os grupos de pesquisa brasileiros. Com informações de: [Convergência Digital](#)

## Nomeações

- **MGI publica membros do Núcleo de Inovação Tecnológica do ITI.** Nesta semana, foi publicada a [Portaria MGI nº 48](#), que estabelece a composição do **Núcleo de Inovação Tecnológica** do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), ligado ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI).
- **Nomeada coordenadora-geral de Tecnologia da Informação e Comunicação.** A [Portaria MGI nº 11.872/2024](#) nomeou **Ingrid Paloma Araújo** como nova Coordenadora-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, no âmbito do Ministério da Gestão e da Inovação dos Serviços Públicos (MGI).
- **MDIC estabelece membros de Conselho de Participação em Fundos Garantidores para MPMEs.** A [Portaria SE/MDIC nº 337/2024](#), publicada recentemente, estabelece a formação do Conselho de Participação em **Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas** (CPFMPME), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).
- **MJSP dispensa coordenadora-geral de Inovação e Integração de TIC para Segurança Pública.** O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) anunciou a [dispensa](#) de **Ana Clara Formiga Ferreira do Carmo** do cargo de Coordenadora-Geral de Inovação e Integração de Tecnologia da Informação e Comunicação para Segurança Pública.
- **MCTI designa chefe da Divisão de Contratações de Tecnologia da Informação.** Em uma recente determinação, a [Portaria MCTI nº 757/2024](#), anunciou a nomeação de **Eduardo Chin Ohtoshi** para liderar a Divisão de Contratações de Tecnologia da Informação, vinculada à Coordenação de Aquisição de Tecnologia da Informação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).
- **Designados novos representantes do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CTT).** A [Portaria nº 8.583/2024](#), publicada na quarta-feira (9), estabelece a designação de representantes dos setores produtivo e dos usuários de ciência e tecnologia para integrar o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT).